

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM MOMENTOS DE CRISE: UMA REVISÃO E ALGUNS RESULTADOS DESTA PRÁTICA DE INCLUSÃO PELA EDUCAÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Maria Ivanilde Pereira Santos¹

Guilherme Barbosa de Oliveira²

Karenn Darling Gonçalves Felipe³

Arley Wendel Almeida Mendes⁴

José Nilton Pereira⁵

Paulo Eduardo Gomes de Barros⁶

Resumo: A educação é um direito constitucional que possibilita ao sujeito o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, assim esta variável educação deve ser entendida como instrumento de inclusão social. No entanto, a crise afeta todos os setores da economia, inclusive a permanência e o desempenho de estudantes nas universidades, por isto em momentos de crise ganham importância decisiva políticas públicas de assistência estudantil e de inclusão pela educação. **O objetivo** deste artigo é

¹ Doutora em Ciências da Saúde; Universidade Estadual de Montes Claros; Departamento de Economia e Departamento de Saúde Mental e Saúde Coletiva (medicina). Coordenadora da Pesquisa que gerou este artigo. E-mail: ivanildps@yahoo.com.br

² Acadêmico/Iniciação Científica. Curso de Ciências Econômicas; Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); E-mail: guilhermeboliveira13@gmail.com

³ Acadêmica/Iniciação Científica. Curso de Ciências Econômicas; Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); E-mail: karenndarling@hotmail.com

⁴ Acadêmico/Iniciação Científica. Curso de Ciências Econômicas; Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); E-mail: arley_almeida@hotmail.com

⁵ Pós Graduado em Gestão de Negócios; Graduado em Administração e Ciências Contábeis; Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)/Pró Reitoria de Extensão; E-mail: niltonverissimo@bol.com.br

⁶ Mestre em Educação Física. Pró Reitor de Extensão; Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); E-mail: dudaunimo@yahoo.com.br

contextualizar o surgimento das universidades e das primeiras políticas de assistência estudantil no Brasil no bojo de uma das maiores crises capitalista e discutir a importância das políticas de assistência estudantil como estratégia de inclusão e de manutenção do indivíduo na universidade. **Metodologia:** Trata-se de um estudo exploratório e descritivo cujos procedimentos técnicos utilizados foram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental/levantamento e análise de dados de fontes secundárias. Como **principal resultado** o estudo aponta que as recentes políticas de assistência estudantil que contemplam estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), o PEAES e o Restaurante Universitário, contribuem para a permanência e manutenção do estudante na universidade, além de subsidiar o desenvolvimento acadêmico e social, representando uma importante política pública de inclusão pela educação.

Palavras-chave: Educação superior; assistência estudantil; crise; inclusão; universidade pública.

STUDENT ASSISTANCE POLICIES IN CRISIS MOMENTS: A REVIEW AND SOME RESULTS OF THE EDUCATION INCLUSION PRACTICE IN A PUBLIC UNIVERSITY

Abstract: Education is a constitutional right that enables the subject to exercise citizenship and their qualification for work, so this education variable must be understood as an instrument of social inclusion. However, the crisis affects all sectors of the economy, including the permanence and performance of students in universities, so in times of crisis, public policies of student assistance and inclusion through education gain decisive importance. The purpose of this article is to contextualize the emergence of universities and the first policies of student assistance in Brazil in the context of one of the greatest capitalist crises and discuss the importance of student assistance policies as a strategy for inclusion and maintenance of the individual in the university. **Methodology:** This is an exploratory and descriptive study whose technical procedures used were bibliographic research, documentary research / survey and data analysis of secondary sources. As a main result, the study shows that recent student assistance policies that include students from the State University of Montes Claros (Unimontes), the PEAES and the University Restaurant, contribute to the permanence and maintenance of the student in the university, besides subsidizing academic development and social, representing an important public policy of inclusion by education.

keywords: College education; student assistance; crisis; inclusion; public university.

Resumen: La educación es un derecho constitucional que posibilita al sujeto el ejercicio de la ciudadanía y su cualificación para el trabajo, así esta variable educación debe ser entendida como instrumento de inclusión social. Sin embargo, la crisis afecta a todos los sectores de la economía, incluyendo la permanencia y el desempeño de estudiantes en las universidades, por ello en momentos de crisis ganan importancia decisiva políticas públicas de asistencia estudiantil y de inclusión por la educación. El objetivo de este artículo es contextualizar el surgimiento de las universidades y de las primeras políticas de asistencia estudiantil en Brasil en el seno de una de las mayores crisis capitalistas y discutir la importancia de las políticas de asistencia estudiantil como estrategia de inclusión y de mantenimiento del individuo en la universidad. Metodología: Se trata de un estudio exploratorio y descriptivo cuyos procedimientos técnicos utilizados fueron investigación bibliográfica, investigación documental / levantamiento y análisis de datos de fuentes secundarias. Como principal resultado el estudio apunta que las recientes políticas de asistencia estudiantil que contemplan estudiantes de la Universidad Estatal de Montes Claros (Unimontes), el PEAES y el Restaurante Universitario, contribuyen a la permanencia y mantenimiento del estudiante en la universidad, además de subsidiar el desarrollo académico y social, representando una importante política pública de inclusión por la educación.

Palabras clave: Educación superior; asistencia estudiantil; crisis; la inclusión; universidad pública.

Introdução

A crise afeta todos os setores da economia, inclusive a permanência e desempenho de estudantes nas universidades. Como a educação é um dos princípios constitucionais que possibilita ao sujeito o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, o sistema educacional, sobretudo a educação superior, deve ser entendida como o alicerce no processo de inclusão social.

Em momentos de crise ganham importância decisiva as políticas públicas de ampliação do acesso à educação e de apoio à permanência e manutenção estudantil. No Brasil, as políticas de assistência estudantil nascem no bojo do desenvolvimento capitalista, justamente num período de crise, sendo inclusas na Constituição Federal de 1934, passando a ser entendido como dever do Estado “aplicar auxílios a alunos necessitados” (CFB, 1934. Art.157. § 2º), para manutenção dos mesmos nas universidades.

A crise de 1929, uma das maiores crises que o mundo capitalista já vivenciou em sua história, impactou substancialmente o desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, inclusive o Brasil, sendo que no contexto desta crise a ortodoxia dominada pela teoria liberal que considerava o mercado auto regulável influenciava a ação econômica dos principais países do mundo, teoria esta que mostrou-se, de acordo com os acontecimentos e a realidade da época, insuficiente para superar a crise que se avolumava e tomava proporções alarmantes. O resultado da crise de 1929 foi a propagação das quebras, a contração da produção e o crescimento do desemprego. Nesta época, o PIB nominal nos Estados Unidos que era a maior potência capitalista da época, caiu de US\$ 103,7 bilhões em 1929 para US\$ 56,4 bilhões em 1932 (WALTON; ROCKOFF, 2002).

O aprofundamento e generalização mundial da crise de 1929 e a consequente depressão econômica gerada por esta colocaram em cheque as teorias econômicas que vigoravam naquele contexto fazendo emergir o surgimento de teorias e políticas econômicas novas para o enfrentamento desta crise, determinando uma mudança do papel do Estado capitalista e caracterizando uma mudança de paradigma no cenário econômico mundial.

Neste cenário de crise, emerge, também, uma discussão sobre a importância e a necessidade de políticas públicas. Também neste contexto, são criadas as primeiras universidades no Brasil e a população passa a vislumbrar a possibilidade de acesso à educação superior, sendo que este acesso neste período era elitista e excludente.

Devido às mazelas econômicas e sociais produzidas por esta crise de 1929 no Brasil, neste contexto de criação das universidades emerge também uma discussão e uma iniciativa voltada para a necessidade de criar políticas de assistência estudantil para apoio à manutenção/permanência do estudante na universidade. Estas políticas começam a ser criadas no Brasil no bojo da crise econômica de 1929-1935 mas, devido às peculiaridades econômicas, sociais e políticas do país, ainda hoje (2019) esta é uma demanda premente neste país, sobretudo, nas universidades públicas localizadas em regiões mais vulneráveis.

Diante desta problemática, o objetivo deste artigo é discutir o surgimento das políticas de assistência estudantil no Brasil articulando este tema com a crise econômica de 1929 e as estratégias de enfrentamento da mesma, trazendo esta discussão para o doméstico da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) que é uma das principais universidades públicas localizadas na Região Norte de Minas Gerais, região considerada vulnerável e com graves problemas econômicos e sociais.

O artigo está organizado em cinco partes: inicialmente, na primeira parte, apresenta-se os aspectos metodológicos da pesquisa; na segunda parte apresenta-se uma discussão teórica sobre a crise de 1929 e suas implicações (no mundo e no Brasil); na terceira parte discute-se a implantação do ensino superior e das universidades no Brasil; posteriormente, na quarta parte, discute-se o surgimento das primeiras políticas de assistência estudantil no país no bojo da crise econômica; e na quinta e última parte traz-se esta discussão das políticas públicas de assistência estudantil para o universo da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), apresentando e discutindo alguns resultados de recentes políticas de assistência estudantil que contemplam esta universidade num período muito recente, a criação do Restaurante Universitário em 2012 e a implementação do Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES) na Unimontes em 2018, decorrentes da Lei Estadual n. 22.570/2017 e do Decreto n° 47.389/2018.

Tal debate contribui para o entendimento e compreensão da importância das políticas de assistência estudantil como ferramenta de inclusão social e permite uma reflexão sobre as implicações da existência (ou não) desta política assistencial em uma universidade pública localizada numa região que apresenta vulnerabilidades econômicas e sociais.

1 Aspectos metodológicos

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo. Este artigo é o resultado parcial de uma pesquisa sobre políticas de assistência estudantil em momentos de crise: uma breve revisão e alguns resultados desta política de inclusão em uma universidade pública, a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

O artigo faz, num resgate histórico, uma discussão sobre a crise de 1929 e suas implicações no Brasil; o surgimento do ensino superior e das universidades no Brasil que antes eram elitistas e excludentes; destacando o contexto de surgimento, a história e a importância das primeiras políticas de assistência estudantil no país no bojo da crise, com o intuito de promover uma democratização do acesso e da manutenção na universidade; e faz ainda uma breve discussão sobre recentes políticas de assistência estudantil que contemplam uma universidade pública, a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), políticas estas resultante da Lei Estadual n. 22.570/2017 e do Decreto Estadual n. 47.389/2018 que tratam da democratização do acesso e de condições de permanência dos estudantes na Instituição de Ensino Superior.

A pesquisa teórica baseia-se em uma revisão de literatura, uma busca de informações na perspectiva de diversos autores que abordam esta temática. A base da pesquisa bibliográfica foram livros, artigos científicos, teses, dissertações, leis, sites oficiais, dentre outros. Os artigos científicos selecionados para serem base da revisão de literatura foram da base Scielo. O trabalho contempla também um levantamento de dados e informações sobre recentes políticas de assistência estudantil na Unimontes, como o Restaurante Universitário e o PEAES. A fonte de dados foram os arquivos da Pró Reitoria de Extensão da Unimontes que abriga esta política de assistência estudantil.

O desenvolvimento do artigo traz informações históricas e atuais que permitem uma reflexão e um debate acerca da importância e da efetividade da educação e das Políticas de Assistência Estudantil como ferramentas de inclusão social pela educação.

2 A crise de 1929 e seus impactos: uma breve revisão

A crise de 1929 foi uma das maiores crises vivenciadas pelo sistema capitalista e mudou o percurso econômico e social do mundo, iniciando-se nos Estados Unidos da América (EUA), com a queda na Bolsa de Valores de Nova York, e alastrando-se mundo afora. Os impactos desta crise foram alarmantes para todo o mundo capitalista, alertando para a necessidade de mudanças tanto nas teorias quanto nas políticas econômicas que vigoravam na época e que orientavam o capitalismo.

De acordo com Scirica (2009, p. 171) em 1932, três anos após o início da mesma, os resultados já eram desastrosos: a produção industrial americana que representava 45% da produção industrial mundial e 12% das importações mundiais já havia caído 50%, o investimento não era suficiente para reparar o parque industrial instalado e o sistema bancário desmoronou, sendo que entre 1929 e 1933 quebraram mais de dez mil bancos no país. O número de desempregados passou de quatro milhões, em 1929, para treze milhões em 1930, o que representava 25% da força de trabalho daquele país desempregada. Para este autor, o setor mais afetado pela crise de 1929 foi o setor agrário que englobava 25% da população. Mas, a indústria pesada também recebeu um duro golpe pela insuficiência de demanda.

Se nos EUA que era a nação capitalista mais desenvolvida naquele contexto esta crise atingiu proporções tão alarmantes, imagina no resto do mundo, sobretudo nos países subdesenvolvidos, nestes os resultados desta crise foi uma grande depressão e total desorganização econômica e social.

Ainda como desastrosa consequência desta crise sem precedentes na história capitalista, o comércio mundial, entre 1929 e 1934, caiu para dois terços (PARKER, 2009, p.194 e 195).

Rezende (2008, p.209/210) destaca como consequências imediatas da crise de 1929: falências, desemprego, declínio de salários, declínios nos preços dos produtos (deflação), pobreza que gera subalimentação, construção e disseminação de favelas ao redor dos centros industriais, agitação social, recuo da produção, do comércio e das finanças em nível mundial.

De acordo com Prado (2011, p. 10), a crise econômica da década de 1930 foi um fenômeno mundial extenso e prolongado no tempo, com deflação nos preços das mercadorias e ativos, causada pela redução do nível de atividade econômica e afetando principalmente a economia norte-americana, mas afetando também, e substancialmente, a economia da maioria dos outros países do mundo, até o advento da Segunda Guerra Mundial.

O aprofundamento e generalização mundial da crise e da consequente depressão econômica determinou uma mudança do papel do Estado capitalista. Como advento desta crise são colocadas em cheque teorias e políticas econômicas que vigoravam naquele contexto e surgem teorias e políticas econômicas novas para o enfrentamento da mesma, caracterizando uma mudança de paradigma no cenário econômico mundial.

Neste contexto de crise econômica mundial, o pensamento econômico, tanto prático como teórico, que dominava o mundo capitalista era o liberalismo econômico que considerava o mercado auto-regulável. Neste momento a ortodoxia dominada por esta teoria liberal ainda influenciava a ação econômica dos principais países do mundo. De acordo com a teoria liberal, o mercado se ajustaria automaticamente, bastava que os preços e salários caíssem. Argumentavam ainda que com preços muito baixos, os compradores reapareceriam e, conseqüentemente, haveria estímulo para o aumento da produção, os desempregados voltariam ao trabalho e, assim, a economia se reestabeleceria naturalmente (MARTINS; KRILOW, 2015). Porém, os fatos e a realidade demonstraram-se mais graves e a receita ortodoxa/liberal evidenciava ser insuficiente para superar a crise que, ao contrário, se avolumava cada vez mais.

A economia nos anos anteriores à crise de 1929 e à sua conseqüente depressão transcorria sob a égide do capitalismo comercial ou liberal, caracterizando-se por uma forte desregulamentação, não havendo controle

por parte do Estado sobre o capital, sobre os tipos de investimento ou sobre o comércio (MARTINS; KRILOW, 2015).

Cano (2009) afirma que a predominância dessa visão liberal retardou a tomada de decisões para o combate à crise. Conforme Mazzucchelli (2008, p. 59,60), com o estouro da bolsa de Nova York em 1929 e o estopim da crise financeira dos EUA, as ações expansionistas, sobretudo fiscais, eram suspeitas por alimentar a inflação e desvalorizar o câmbio. Como procuravam defender o câmbio, com o estopim da crise, esse se tornou o objetivo supremo, condicionando a política monetária e anulando a política fiscal.

Mazzucchelli (2008, p.61) ainda afirma que as respostas iniciais à crise de 1929 foram insuficientes. As iniciativas no plano fiscal, eram incompatíveis com os mandamentos do padrão-ouro. Para este autor, o resultado foi a propagação das quebras, a contração da produção e a explosão do desemprego.

A crise que se aprofundava exigia uma mudança de paradigma no que se refere às teorias e políticas econômicas de orientação ao sistema capitalista. Neste contexto surge John Maynard Keynes que, em seu livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (1936) defendia que era necessário ampliar a oferta monetária através de gastos do governo, para o que seria fundamental a intervenção estatal, ou seja, Keynes pregava uma solução mais radical para enfrentamento da crise baseada no aumento da liquidez, enquanto os clássicos pregavam pela poupança (PARKER, 2009, p. 284).

A teoria Keynesiana propõe a intervenção do governo na economia como enfrentamento da crise. De acordo com as idéias de Keynes (1936), as raízes da maior crise do sistema capitalista e de sua conseqüente depressão que atingiu todo o mundo estavam na insuficiência de demanda efetiva. Para Keynes, para resolver o problema da crise era preciso dar dois passos. Primeiro, seria necessário controlar a produção, adequando-a ao que poderá ser consumido e sem que haja demissões. Segundo, era necessário aumentar o consumo. Para este autor, o aumento do consumo se faria pela intervenção forte do Estado. O Estado precisaria gastar, precisaria contrair déficit público, contratar, pagar, ou seja, precisava injetar dinheiro na economia, para que essa renda retomasse a produção.

De acordo com Martins; Krilow (2015), somente após os governos nor-

te-americanos e europeus observarem que as medidas ortodoxas não estavam resolvendo a crise em 1932/33, são tomadas as primeiras medidas de cunho não-ortodoxo para enfrentamento desta crise que atingiu o mundo capitalista. Ressalta-se que todas estas novas medidas adotadas tinham como fundamento teórico as idéias de Keynes, ou seja, estas medidas tinham como fundo comum a intervenção do Estado para solucionar o problema econômico. Assim, estas medidas intervencionistas do Estado foram acentuadas onde já existiam (Alemanha e Japão) e implantadas onde se possuía tradições liberais (Estados Unidos e Inglaterra).

Para Rezende (2008), a partir de 1933, é instituído nos Estados Unidos da América o Plano *New Deal*, como um dos mais importantes exemplos de aplicação prática das idéias Keynesianas, implicando no fim, mesmo que temporário, do capitalismo liberal e reduzindo substancialmente o desemprego gerado pela crise (REZENDE, 2008, p.212).

De acordo com Carvalho (2009), por mais que se tentasse condenar a intervenção aumentada do Estado na economia depois da crise de 1929 e depois da guerra, era indubitável que o crescimento da importância dos gastos públicos tinha se constituído num importante instrumento estabilizador da demanda agregada no mundo capitalista, garantindo um piso para o nível de atividades mesmo sob administrações conservadoras como as dos Estados Unidos da década de 1950, ou do Partido Conservador inglês até a ruptura causada pela ascensão de Margareth Thatcher. Para este autor, esse era o chamado “consenso keynesiano” que, no caso norte-americano, deveria talvez ser mais apropriadamente chamado de consenso rooseveltiano, já que se devia principalmente à aceitação do preceito de que cabia ao Estado prover segurança aos seus cidadãos, inclusive segurança econômica.

A primeira e fundamental tese de Keynes, e que contrapõe às idéias liberais, refere-se à não-neutralidade da moeda. Segundo Keynes, a não-neutralidade da moeda se apóia na relação entre o valor da moeda como um ativo, isto é, como uma forma de riqueza, ou seja, um veículo que transfere um direito sobre a renda social do presente para uma data futura, e o valor dos outros ativos, das outras formas de riqueza, não apenas os ativos financeiros, mas também os ativos de capital real. Para Keynes, a escassez relativa de ativos monetários, demandados por sua liquidez, reduz a de-

manda e o preço de ativos como, por exemplo, bens de capital, e, assim, influenciam as posições de longo período da economia (KEYNES, 1936 In: CARVALHO, 2009).

Ainda segundo Carvalho (2009), quase como uma síntese das principais proposições de Keynes, está a proposição de como resolver o problema da estabilidade econômica global. Para Keynes, existem duas formas de resolver este problema da estabilidade: a primeira é supor que a estabilidade macroeconômica decorre de virtudes intrínsecas à ordem social que define economias empresariais. Este seria o sentido profundo da “mão invisível”, que, mais de duzentos anos depois da publicação por Adam Smith do livro *Riqueza das nações (1776)*, permanece como uma metáfora, mais do que uma hipótese operacional. Segundo a idéia da “mão invisível” de Adam Smith, a interação de agentes econômicos movidos pelo seu interesse individual seria sólida o suficiente para assegurar a estabilidade da ordem social, sem necessidade de controles externos, pelo soberano ou por qualquer outra forma de autoridade (KEYNES, 1936 In: CARVALHO, 2009).

A posição alternativa de Keynes seria a de que a ordem econômica e social é realmente garantida pela existência de instituições cujo papel é conter as tendências sistêmicas à desintegração intrínsecas à ordem social moderna, sendo que para este autor, entre essas instituições está, naturalmente, o Estado, como garantidor de regras e árbitro de conflitos, mas também aquelas disposições que canalizam as energias da sociedade em uma direção construtiva (KEYNES, 1936).

O certo é que, após o surgimento da teoria de Keynes, em 1936, no bojo da maior crise capitalista, o mundo começou a colocar em prática os preceitos de Keynes, sobretudo no que refere à intervenção estatal, e estas foram consideradas, na maioria dos países que as adotaram, como uma importante ferramenta de enfrentamento da crise de 1929 e recuperação econômica mundial.

2.1 Os efeitos da crise de 1929 no Brasil

O Brasil, que era um país agroexportador, foi fortemente afetado pela crise de 1929. No final da década de 1920 e início da década de 1930, na fase inicial da crise, o café era o produto que representava 71% do total das

exportações brasileiras (BAER, 1996, p 50) e os Estados Unidos da América eram o maior consumidor de café, comprando cerca de 80% das exportações brasileiras, este fato, evidentemente, foi decisivo para o afundamento do Brasil nesta crise.

Cano (2012) argumenta que no plano internacional o Brasil já estava envolvido com problemas econômicos, como a crise indústria e cafeeira, além de problemas políticos. Com a queda da bolsa de Nova York ficaram praticamente impossíveis de se conseguir novos empréstimos no exterior para a manutenção da política de valorização do café, como o país era altamente dependente do capital internacional, a crise no país foi intensificada.

Para agravar a situação, argumenta Cano (2012), o Brasil possuía um grave desequilíbrio no balanço de pagamentos, disto resultando que, no ano de 1929, as contas externas do país estivessem estranguladas, sem perspectivas de melhora no curto prazo.

As medidas para tentar amenizar os efeitos da Grande Depressão no Brasil foram baseadas numa forte intervenção estatal. De acordo com Furtado (1963, p. 240), nesta perspectiva intervencionista, além da aquisição da produção do café, o governo brasileiro passou a destruir o excesso estoçado, medida implementada por Vargas a partir de 1931. Essa medida não foi responsável por proteger apenas o setor cafeeiro brasileiro, mas também outros setores da economia. Para Furtado, o governo brasileiro, ao injetar dinheiro na economia para a aquisição e posterior destruição do café, estava criando um poder de compra para contrabalançar a redução dos gastos dos exportadores o que, conseqüentemente, reduzia o impacto da crise naqueles setores dependentes indiretamente da renda criada pelas exportações (FURTADO, 1963, 240).

Para o Brasil, o período 1929-1945 representou uma ruptura com um passado político liberal e com uma política econômica livre-cambista (CANO, 2015 p. 446). Para este autor, nesse contexto de crise econômica mundial, o Brasil tomou “atitudes de enfrentamento mais rápidas, com a substituição de governos liberais, via processos revolucionários ou eletivos, e implantando ousadas alterações na política econômica e na forma de intervenção econômica do Estado Nacional”. O autor descreve ainda que o Bra-

sil como precursor nessa tarefa de enfrentamento da crise, iniciou uma rápida e efetiva política estatal de defesa da renda e do emprego e uma política de industrialização, utilizando tudo o que tinha de soberania nacional.

Sobre esta questão Cano (2015) faz a seguinte argumentação:

Para tanto, o Brasil teve que construir um novo Estado e redesenhar o painel da política econômica com os instrumentos necessários para aquela tarefa, entre os quais a moratória da dívida externa, sempre que necessária, o controle (e a desvalorização) do câmbio, uma nova política de comércio exterior, de crédito, de juros e tributária, além da organização de normas para reger os contratos e o mercado de trabalho e uma mais avançada legislação política, social e trabalhista (CANO, 2015, p. 446).

Dentro dessa reforma estatal, Cano (2015) destaca a criação do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, a Comissão de Planejamento Econômico, a Superintendência da Moeda e do crédito, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE).

Para este autor:

Entre 1930 e 1945, com o I Governo Vargas, o Brasil pôde avançar na industrialização, graças à inequívoca condução de uma política nacional de desenvolvimento. Contudo, tal política continha muitas falhas temáticas e sociais, e não poderia conter, para saná-las, maiores recursos e uma estrutura específica de planejamento. A política anticíclica aplicada na economia cafeeira brasileira gerou o efeito renda que permitiu a manutenção da demanda interna em elevado nível, estimulando a indústria a produzir, substituindo as importações para as quais o país não contava com divisas. Isto estimulou o *processo de industrialização*, que forçou a integração do mercado nacional (CANO, 2015, p. 448).

Para Cano (2015), o Brasil tomou atitudes radicais nesse período de crise (1929-1934) abandonando as políticas neoliberais, e passando a adotar políticas mais intervencionistas. Para este autor, o Brasil foi um precursor nessa tarefa. No entanto, ela exigiu do país não apenas uma rápida e

efetiva política estatal de defesa da renda e do emprego, mas também e principalmente, a construção de uma política de industrialização, que era a única rota viável para o país sair da grave crise e ingressar em políticas econômicas urbanas mais modernas e progressistas.

3 Surgimento das universidades no Brasil

O ensino superior oficial ou as universidades surgem no Brasil na década de 1920, uma vez que as primeiras universidades brasileiras nascem no Rio de Janeiro em 1920, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (URJ), seguida pela criação da Univerdade Federal de Minas Gerais, em 1927 (FÁVERO, 2006, p. 21/22).

Mas, de acordo com Mendonça (2000), desde o século XVII, mais precisamente na década de 1670, o Brasil Colônia vem tentando equipar escolas e colégios jesuítas a fim de criar cursos superiores que profissionalizem a população.

Segundo Martins (2002) os primeiros relatos de ensino superior no Brasil foram observados no ano de 1808, quando a família real chegou ao Brasil. Este momento para o autor foi o ponto central da implantação de escolas de ensino superior no país afim de formar profissionais para atender as necessidades da família real, sendo assim estas escolas foram criadas e começaram a ofertar alguns cursos de nível de ensino superior nas áreas específicas de medicina, engenharia, militar, agricultura e arte.

Martins (2002) argumenta, ainda, que durante muito tempo o acesso ao ensino superior no Brasil era restrito e elitizado, uma vez que o ensino superior no Brasil seguia um modelo de formação de profissionais liberais formados em poucas escolas de ensino superior instaladas no país, e que estes profissionais formados teriam assim direitos a ocupar funções importantes em uma sociedade em que poucos tinham diplomas de nível superior.

Teixeira (1999) descreve a relação entre a Universidade de Coimbra e o Brasil Colônia durante esse periodo. O autor relata que mais 2.500 estudantes brasileiros estudavam na univerdade portuguesa, até o inicio do século XIX. Ele relata que a cultura da universidade de Coimbra como sendo a Universidade do Brasil estava atrelada à ideia de que uma colônia não

teria as bases para criação de cursos superiores mais diversificados e amplos que as universidades oferecem e este argumento foi utilizado durante muito tempo como argumentos para as negações de criação de universidades no Brasil.

De acordo com Martins (2002), os primeiros colégios brasileiros de ensino superior foram criados em Salvador e no Rio de Janeiro. Em Salvador, foi criada a Escola de Cirurgia e Anatomia, atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (FMB-UFBA), e no Rio de Janeiro foram criadas as Escola de Cirurgia e Anatomia e Academia Real Militar, atuais Faculdade de Medicina da UFRJ e Escola Politécnica da UFRJ. Martins (2002) ainda relata sobre a criação dos cursos de de Agricultura e a Real Academia de Pintura e Escultura, em 1814 e 1816. Mesmo já existindo estes colégios no país, o ensino superior e a certificação de curso superior só foram autorizados no Brasil após a chegada do Príncipe Dom João ao país.

Ainda segundo Martins (2002), o ensino superior no Brasil evoluiu lentamente até 1889, uma vez que o principal objetivo das faculdades, era assegurar um diploma profissional, dando direito de posse a posições privilegiadas no mercado de trabalho. Até 1889, existiam apenas 24 instituições de ensino superior no Brasil, somando por volta 10.000 estudantes matriculados. Apenas em 1891, com a Constituição de 1891, quando a iniciativa privada obteve mais liberdade, o ensino superior pôde-se alavancar no país, aumentando de 24 para 133 escolas isoladas de ensino superior do período de 1891 até a década de 1920.

Fávero (2006) afirma que somente em 1920, já com o Presidente Epitácio Pessoa, por meio do decreto 14.343, nasce a primeira universidade criada legalmente pelo Governo Federal Brasileiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (URJ). Seguindo esse modelo de funcionamento, nasce em 1927 a Universidade Federal de Minas Gerais, criada pelo Estado Mineiro (FÁVERO, 2006, p. 21/22).

Ainda na ótica de Fávero (2006), num primeiro momento existiam três visões básicas sobre o papel das universidades no país, sendo a primeira relacionada a criação e desenvolvimento de pesquisas e formação de profissionais, e uma segunda visão que defende que as universidades devem

focar especialmente na formação de profissionais, devendo dar foco maior nesse quesito. O autor ainda aponta uma terceira visão, que entendia que a universidade também deve promover cultura, disseminar a ciência conhecida e ainda criar novas ciências e pesquisas. No entanto, o autor ressalta que essa visão da universidade envolvida com pesquisas e criação de conhecimento não foi concretizada na década de 1920, uma vez que as universidades deste período focavam, quase exclusivamente, na formação de profissionais.

Piletti (2003) argumenta que foi a partir de 1930 que o ensino superior brasileiro passou por diversas modificações que levaram à criação e ao funcionamento das universidades brasileiras propriamente ditas, após a criação do Decreto nº 19851, de 14 de abril de 1931 pelo governo de Getúlio Vargas, que formalizou a situação das universidades brasileiras.

Em 1931, em meio a Crise de 1929, o então Presidente Getúlio Vargas, criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública, sendo que um dos objetivos do mesmo era propor uma organização pelo estado, através de um plano geral de ensino, tanto para o ensino superior quanto para o fundamental e médio. Nesse mesmo ano, houve reformas no ensino em todos os níveis, foi criado o Estatuto das Universidades Brasileiras e o Conselho Nacional de Educação, tudo isso em função de aumentar a autonomia das universidades e descentralizar o poder das mesmas do Ministério criado em 1930, assim incentivando, além do ensino, também o desenvolvimento da cultura e da ciência (FÁVERO, 2006, p. 23/24).

Em 1934, com a nova Constituição Federal, a educação passa a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos (CF, 1934).

Como exemplos dos incentivos a pesquisas e desenvolvimento da ciência e cultura no Brasil, Fávero (2006) ainda destaca a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, incorporando-se mais tarde a Universidade do Brasil (UB), e posteriormente a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com um dos principais objetivos de promover a pesquisa e o progresso da ciência no país.

Fávero (2006, p.27) relata ainda que o Ministro do Estado-Novo instalado em 1945 pós Governo Vargas, Raul Leitão da Cunha, sanciona o De-

creto-Lei nº 8.393, em 17/12/1945, dando à universidade pública plenos direitos e poderes sobre a gestão financeira, administrativa, didática e de pesquisa, sendo agora o reitor eleito pelo presidente da república.

Em 1953 surge o Ministério da Educação e Cultura (MEC), dando mais autonomia a área da saúde, com o sistema de educação sendo muito centralizado, até 1960, quando a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi aprovada, dando mais autonomia aos municípios e estados da federação. A LDB garante autonomia didático-financeira, disciplinar, administrativa e financeira às universidades, sendo um grande marco na educação superior brasileira.

Mendonça (2000, p. 141/142) relata sobre o aumento das universidades e escolas/institutos de ensino superior no país impulsionada pela melhoria do ensino técnico secundário, populismo e desenvolvimento do período de 1945 a 1964, dando destaque para a criação da Universidade de Brasília (UnB) em 1961 e seu novo método didático, sendo que inicialmente esta universidade fornecia um ensino introdutório durante 3 anos, para posteriormente ingressar os alunos nas faculdades, além de citar outros centros e universidades que eram referências no ensino e desenvolvimento científico da época.

Segundo Piletti e Piletti (2010), no período 1889-1930, foi mantido no Brasil uma dualidade de sistemas e de competências em matéria educacional, tendo de um lado, o sistema federal, cuja principal preocupação era prover a formação das elites através das escolas de ensino superior em caráter isolado. Por outro lado, tinham os sistemas estaduais que tinham como objetivo manter e organizar a educação das camadas populares. Para os autores uma mudança significativa neste campo foi com a Constituição de 1891, por meio da qual o ensino superior passa a ter caráter legal.

Cunha (2000) e Rossato (2005) relatam que de 1945 a 1964 observa-se um crescimento significativo do número de instituições e assim do acesso ao ensino superior no Brasil. Segundo estes autores, a partir de 1946 foram surgindo as universidades particulares com destaque para as universidades vinculadas à igreja católica, conhecidas como as “pontificias universidades”, que se instalaram em diversas cidades do país. Relatam ainda que neste período ocorreram diversas federalizações de universidades no Brasil, provocando uma expansão do ensino superior no país.

4 Surgimento das primeiras políticas de assistência estudantil no Brasil no bojo de uma das maiores crises capitalista

Da mesma forma que o direito à educação não é recente, as ações de assistência ao estudante no Brasil remetem aos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária (IMPERATORI, 2017; COSTA, 2010).

As políticas de assistência estudantil nascem no bojo do desenvolvimento capitalista. As primeiras políticas de assistência estudantil no Brasil foram inclusas na Constituição Federal de 1934, passando a ser entendido como dever do Estado “aplicar auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (CFB, 1934. Art.157. § 2º).

Costa (2010) afirma que as ações de assistência ao estudante no Brasil remetem aos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária. A primeira manifestação com o intuito de apoiar os estudantes universitários ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris e era destinada a auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em se manter naquela cidade.

Imperatori (2017) reafirma esta informação, ressaltando que o assistencialismo estudantil no Brasil começou a ser legislado somente em 1931, por meio do Decreto n. 19.851/1931, passado a ser constitucionalizado em 1934. Segundo este autor:

A primeira manifestação com o intuito de apoiar os estudantes universitários ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, e destinada a auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em se manter na cidade (IMPERATORI, 2017. Pág. 286).

Vasconcelos (2010) afirma que o governo Getúlio Vargas foi um marco nas políticas sociais, passando a reconhecer a educação como um direito público regulamentado pelo Estado.

Para Imperatori (2017), em 1931, através da Reforma Francisco Cam-

pos, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior no Brasil, pelo Decreto n. 19.851/1931, são propostas medidas de providência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários, incluídas bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres. A autora também afirma que essa lei foi incorporada na Constituição de 1934, que assegurou a assistência aos estudantes, sendo declarado no art. 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e médica”.

A assistência aos estudantes foi extensiva para todos os níveis de ensino nos anos 1940, estando presente na Constituição de 1946, art. 172, segundo o qual “cada sistema de ensino teria, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar” (IMPERATORI, 2017).

Souza (2005) afirma que, tendo em vista a expansão das vagas nas universidades, a juventude brasileira das classes mais baixas passou a ter maior acesso ao ensino superior, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento desse público. Muitos desses jovens saíam de suas cidades para as capitais buscando formação acadêmica. Começaram então reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sendo implementado a partir do ano de 2008. Trata-se de um marco histórico para a política de assistência estudantil mais recente, por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas IFES do Brasil (IMPERATORI, 2017).

Imperatori (2017) afirma que ainda na década de 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que implantou programas de assistência aos estu-

dantes, como Bolsas de Trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e bolsas de estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. Também eram prioritários programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica.

Segundo Araújo (2003, p. 99), a assistência estudantil é de grande relevância em um país como o Brasil que é um dos países em que se verifica as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressam na universidade em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Nesta perspectiva, a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento (Araújo, 2003, p. 99).

5 Resultados e discussão

5.1 Políticas públicas de assistência estudantil no universo da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) é uma instituição pública de ensino superior localizada na cidade de Montes Claros (MG) que é o centro convergente e polarizador dos demais municípios da região do Norte do Estado de Minas Gerais. Sua área de abrangência é estadual, tendo sob área de influência o Norte e Noroeste de Minas Gerais, os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, além de parte da Serra Geral e região Centro-Sul da Bahia (UNIMONTES, 2017).

Esta universidade é uma instituição formadora de recursos humanos na educação superior e oferece cursos nas áreas de saúde, educação, ciências sociais aplicadas, ciências humanas e ciências exatas e tecnológicas, desenvolvendo suas atividades em seu campus sede e de forma descentralizada contando com diversos campi avançados na sua área de abrangência, contemplando mais de 300 municípios com oferta de ensino superior (UNIMONTES, 2017).

.A Unimontes tem 56 anos de existência e atuação numa região que é considerada uma das mais pobres do Estado de Minas Gerais e possui indicadores econômicos e sociais vulneráveis (IBGE, 2017).

Ao longo da sua história, a Unimontes tem exercido um papel fundamental no processo de desenvolvimento local e regional e tem percorrido um longo caminho de lutas em relação à busca de efetivas políticas de assistência estudantil. A Unimontes reivindica, por meio dos movimentos estudantis, a criação e implementação de políticas de assistência estudantis, com vistas a criar estratégias de auxílio, manutenção do aluno nos cursos e de fortalecimento da graduação e pós-graduação.

A Unimontes que já teve um número bastante significativo de alunos, atualmente vivencia um processo de evasão e retenção nos cursos, cuja principal explicação está na ausência de políticas públicas que contribuam para a manutenção dos alunos na Universidade.

Ao longo da sua existência, a Unimontes tem implementado, com muita dificuldade e poucos investimentos públicos, importantes projetos/ações voltadas para o apoio à manutenção e permanência do seu corpo discente na universidade, participando e desenvolvendo, ao longo de sua história, de importantes projetos com este intuito. A exemplo disto, pode-se citar os projetos/ações: “banco de estágio”, “banco de moradia”, “restaurante universitário”.

No ano de 2012, a Unimontes é contemplada com uma importante política de assistência estudantil: o Restaurante Universitário (RU), que representa um marco nas lutas desta universidade no que se refere à busca de alternativas e de estratégias de inclusão social e de apoio à manutenção/desempenho de seus estudantes na universidade.

O Restaurante Universitário da Unimontes ocupa uma área de 1,1 mil metros quadrados de construção, sendo 946 m² de área construída, na entrada norte do campus-sede. O RU inicia as suas atividade oferecendo almoço das 10:30 às 13:30 horas e jantar das 17:30 às 20:00 horas. O RU é financiado integralmente por recursos do Governo do Estado de Minas Gerais, onde os preços das refeições são subsidiados pelo Governo do Estado (Unimontes, 2018).

Depois de muita luta, tanto das sucessivas gestões desta universidade

quanto do movimento estudantil da mesma, recentemente, no mês de março de 2018, o Governo de Minas Gerais publicou, no Diário Oficial, o Decreto nº 47.389/2018, resultante da Lei Estadual n. 22.570/2017, que dispõe sobre o Programa de Assistência Estudantil que beneficiará estudantes das duas universidades estaduais de Minas Gerais, a Unimontes e a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Esse programa possibilita uma maior democratização da permanência e do desempenho dos estudantes universitários nestas duas universidades, viabilizando uma maior equidade na geração de oportunidades e uma maior garantia de manutenção dos acadêmicos no ensino superior, minimizando assim os efeitos da desigualdade social da qual muitos estudantes são vítimas. O PEAES visa, ainda, contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão na academia, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação (DECRETO ESTADUAL-MG Nº 47.389).

Por meio deste Decreto nº. 47.389/2018, assinado pelo governador Fernando Pimentel em março de 2018, ficam estabelecidas as normas para implementação e gestão do Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES), que tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens nas universidades públicas estaduais (DECRETO 47.389/MG/2018).

O Art. 3º do Decreto 47.389/2018 ressalta que o PEAES deverá ser implementado e executado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação, pós-graduação e cursos técnicos de nível médio, mantidos pela UEMG e pela Unimontes (ART. 3º, DECRETO 47.389/MG/2018).

Este importante programa é um marco histórico nas lutas da Unimontes por políticas públicas de assistência estudantil e prevê ações de assistência aos estudantes nas seguintes áreas: i) moradia; ii) alimentação; iii) transporte; iv) atenção à saúde; v) inclusão digital; vi) cultura; vii) esporte; viii) creche; ix) apoio pedagógico; x) acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (ART. 4º, DECRETO 47.389/MG/2018). No entanto, o Decreto enfatiza que a aplicação dos recursos poderá ser flexibilizada tendo como base os critérios adotados pelo PEAES e os estudos e pesquisas socioeconômicos realizados nas universidades.

De acordo com o Decreto n.º. 47.389 (Governo de Minas, 2018), o referido programa de assistência estudantil beneficiará estudantes com renda familiar per capita até 1,5 salário mínimo que receberão bolsas-auxílio nos seguintes itens: moradia (R\$250,00), alimentação (R\$ 120,00), transporte (R\$ 150,00), auxílio creche (R\$ 200,00).

É importante destacar que esta política de assistência estudantil é também uma importante política de inclusão, á medida que é voltada para os estudantes de baixa renda, e que vai contribuir consideravelmente para a manutenção dos acadêmicos desta universidade nos cursos, além de subsidiar o desenvolvimento acadêmico, social, cultural e profissional deles, contribuindo também para a redução da evasão escolar que é considerado um dos principais problemas vivenciados por esta universidade na atualidade.

5.2 Resultados de recentes políticas de assistência estudantil na Unimontes: o Restaurante Universitário e o PEAES

O Restaurante Universitário da Unimontes é integralmente financiado com recursos do Governo do Estado de Minas Gerais; os preços das refeições são subsidiados pelo Governo.

A tabela 1 apresenta informações sobre o número de refeições ofertadas no restaurante Universitário da Unimontes, bem como o percentual de crescimento desta oferta desde a sua criação até o ano de 2017.

Tabela 1 - Total de refeições servidas no Restaurante Universitário da Unimontes X percentual de crescimento no período de 2012 a 2017, Unimontes, 2017.

| Número de refeições servidas/ ano/ % de variação | 2012 | 2013 | % Var. | 2014 | % Var. | 2015 | % Var. | 2016 | % Var. | 2017 | % Var. |
|--|---------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|
| Quantidade de refeições servidas | 131.621 | 182.486 | 38,64 | 245.621 | 34,59 | 271.385 | 10,49 | 263.498 | -3,01* | 371.785 | 41,09 |

* A queda drástica no número de refeições servidas no RU em 2016 pode estar associada à greve de professores e alunos, ocorrida neste ano, que durou cerca de quatro meses.

Fonte: Relatório de Gestão, Unimontes, 2017.

Atualmente (2017), são servidas em média 1.900 refeições/dia no RU- Unimontes para estudantes dos diversos cursos que esta universidade oferece, para servidores técnico-administrativo e para professores e terceirizados da Unimontes. No ano de 2012 quando foi criado o RU até o ano de 2017 foram ofertadas/servidas 1.466.396 refeições no RU da Unimontes (TAB. 1).

Além de integrar as políticas de assistência estudantil e ter um caráter social, o RU produz uma alimentação balanceada, dentro dos padrões nutricionais, garantindo qualidade, higiene e equilíbrio para a comunidade universitária, como um meio de humanização da assistência ao trabalhador da Unimontes, incentivando a permanência da comunidade acadêmica, e promovendo a inclusão social no campus-sede.

Quanto ao Decreto Estadual n. 47.389/2018, no mês de setembro de 2018 a Unimontes publicou o primeiro Edital PEAES para selecionar acadêmicos aptos a serem contemplados com esta nova política de assistência estudantil nesta universidade. Para tanto, anteriormente foi realizado um diagnóstico socioeconômico através de questionário aplicado aos acadêmicos através da plataforma web-aluno. Mediante este questionário, realizou-se um cadastro pelo Núcleo de Assuntos Estudantis (NAE), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, classificando os alunos segundo as condições de vulnerabilidade apresentadas no referido questionário.

A tabela 2 contem informações sobre as modalidades de auxílios concedidos a estudantes da Unimontes contemplados pela política de assistência estudantil (PEAES) - objeto da Lei Estadual n. 22.570/2017 e do Decreto nº 47.389/2018, bem como os valores dos auxílios, a quantidade de estudantes contemplados em cada modalidade, os valores totais pagos e os critérios adotados (e pesos) para seleção de acadêmicos contemplados no PEAES em 2018.

Tabela 2 - Modalidades de auxílios concedidos a estudantes da Unimontes contemplados pela política de assistência estudantil (PEAES) X Valores X Quantidade de estudantes contemplados em cada modalidade X Valores totais pagos X Critérios adotados (e pesos) para seleção de acadêmicos contemplados, Unimontes 2018*

| Modalidade | Valor (R\$) | Qt de Estudantes | % | Valores investidos 2018** | Critérios para classificação do estudante para todas as modalidades de auxílio |
|---------------------------|-------------|------------------|-------|---------------------------|--|
| Auxílio moradia | R\$ 250,00 | 262 | 37,2% | 196.500,00 | 1.Renda per capita até R\$275,00 – Peso 5 2.Renda per capita de R\$276 a R\$457, 00- Peso 4 3.Renda per capita de R\$458 a R\$954,00- Peso 3 4.Renda per capita de 955 a R\$1.908,00- Peso 2 5.Renda per capita acima de R\$1.909,00- Peso 1 6. Ter ingressado na universidade pelo sistema de cotas – Peso 5 |
| Auxílio alimentação | R\$ 120,00 | 132 | 18,7% | 47.520,00 | |
| Auxílio transporte | R\$ 150,00 | 245 | 34,8% | 110.250,00 | |
| Auxílio creche | R\$ 200,00 | 20 | 2,8% | 12.000,00 | |
| Apoio didático-pedagógico | R\$ 200,00 | 46 | 6,5% | 27.600,00 | |
| TOTAL | --- | 705 | 100% | 393.870,00 | |

* Para 2019, a previsão é que novo Edital seja lançado.

** Valores equivalentes a 3 meses de auxílios (outubro, novembro e dezembro) de 2018.

Fonte: Edital PEAES, Unimontes 01/2018.

O Edital PEAES 01/2018 contemplou o atendimento de 705 acadêmicos na política de assistência estudantil no ano de 2018. Destes 705 contemplados, 262 (37%) receberam o auxílio moradia, 132 (18,8%) receberam auxílio alimentação, 245 (34,8%) receberam auxílio transporte, 20 (2,8%) receberam auxílio creche e 46 (6,5%) receberam apoio didático-pedagógico. No total, foram despendidos pelo Governo Estadual o valor de R\$393.870,00 (trezentos e noventa e três mil e oitocentos e setenta reais) para garantir os auxílios do PEAES da Unimontes no ano de 2018. A seleção de acadêmicos contemplados seguiu os critérios socioeconômicos definidos e estabelecidos no Edital de seleção (TAB. 2).

Destaca-se que tanto o Restaurante Universitário quanto o PEAES significam um marco histórico nas lutas da Unimontes por políticas públicas de assistência estudantil, representando, portanto, uma importante política de inclusão pela educação.

O PEAES, ao beneficiar estudantes com renda familiar per capita até 1,5 salário mínimo que recebem bolsas-auxílio, vai contribuir consideravelmente para a manutenção dos acadêmicos desta universidade nos cursos, além de subsidiar o desenvolvimento acadêmico, social, cultural e

profissional deles, contribuindo também para a redução da evasão escolar que é considerado um dos principais problemas vivenciados por esta universidade na atualidade.

Além do mais, destaca-se que tanto o Restaurante Universitário quanto o PEAES são valorosas políticas públicas de inclusão e contribuirão, certamente, para uma maior democratização da permanência e do desempenho dos estudantes universitários na Unimontes, possibilitando uma maior garantia de manutenção dos acadêmicos no ensino superior e podendo vir a possibilitar, no futuro, uma maior equidade na geração de oportunidades e de emprego e renda, podendo, inclusive, vir a minimizar, para aqueles que se mantiveram na universidade por causa do apoio destes programas, os efeitos da desigualdade social que afeta muitos estudantes e suas famílias.

Considerações finais

Falar de políticas públicas e práticas voltadas para a questão da inclusão nos remete à importância da educação e das políticas de assistência estudantil que historicamente têm sido entendidas como importante estratégia de inclusão e de manutenção dos estudantes na universidade.

A assistência estudantil é de grande relevância, mais ainda em momentos de crise, e principalmente em um país como o Brasil onde se verificam elevadas taxas de desigualdade, inclusive dentro das universidades, onde números significativos de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressam na universidade em situação desfavorável, sem condições socioeconômicas de permanência/manutenção. Desta forma, a assistência estudantil nas universidades públicas pode ser entendida tanto como direito quanto como investimento.

Em regiões que apresentam indicadores econômicos e sociais vulneráveis para parte importante da população, como é o caso da região Norte de Minas Gerais, as políticas de assistência estudantil ganham importância decisiva no que se refere ao acesso e manutenção no ensino superior que configura-se numa variável bastante relevante para o desenvolvimento de pessoas e das regiões/países.

No âmbito da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), que tem mais de 50 anos de existência e localiza-se numa região vulnerável, tem havido elevadas taxas de retenção e/ou evasão, o que suscita cada vez mais a necessidade de efetivas Políticas de Assistência Estudantil desta natureza.

As recentes políticas de assistência estudantil que contemplam estudantes da Unimontes, o PEAES que contemplou 705 acadêmicos no ano de 2018 com bolsas de auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche e apoio didático-pedagógico e também o Restaurante Universitário da Unimontes que oferece refeições de qualidade e de baixo custo para os estudantes universitários contribui substancialmente para a permanência e manutenção do estudante na universidade, representando sim uma importante política pública de inclusão pela educação.

Estas políticas de assistência estudantil que beneficiam os estudantes da Unimontes podem sim vir a contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão na academia, além de serem de fundamental importância para uma maior democratização da permanência e do desempenho dos estudantes universitários nesta universidade, possibilitando uma maior garantia de manutenção dos acadêmicos no ensino superior e podendo vir a possibilitar, no futuro, uma maior equidade na geração de oportunidades podendo, inclusive, minimizar os efeitos da desigualdade social que afeta muitos estudantes e suas famílias.

Considera-se que a discussão propiciada neste artigo contribui para o debate e a reflexão acerca da importância da educação, do acesso e da manutenção na educação superior, como vigorosa ferramenta de inclusão e de minimização das desigualdades sociais.

Referências

ARAÚJO, Josimeire O. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana**. 2003, p. 99. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

BAER, Werner. **A Economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal de 1931.**

BRASIL. **Constituição Federal de 1934.**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 de junho, 2018.

CARVALHO, Fernando Cardim. O retorno de Keynes. **Novos Estudos**, v. 83, 2009.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior:** uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. Dissertação (Mestrado em Sociologia); Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil, In: **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte. Autentica, 2000.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.** n.129, 2017.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.** [online]. n.129, pp.285-303. ISSN 0101-6628. 2017

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda. **Coleção Os Economistas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTINS, Luis Carlos Passos; KRILOW, Leticia Sabina Wermeier. **A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil:** a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira. 10º Encontro Nacional de História da mídia, UFRGS, 2015.

MINAS GERAIS. Decreto nº 47.389/2018

SANTOS, M. I. P. et al. Políticas de assistência estudantil em momentos de crise...

PARKER, Selwyn. **O Crash de 1929**: As lições que ficaram da grande depressão. São Paulo: Globo, 2009.

PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.

PILETTI, N; PILETTI, C. **História da Educação**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2010.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **História Econômica Geral**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, P. R. **História da educação escolar no Brasil**: notas para uma reflexão. Paidéia (Ribeirão Preto) n..4, 1993.

ROSSATO, R. **Universidade**: Nove séculos de história.2.ed.rev. E ampl. Passo Fundo.UPF, 2005.

SAVIANI, Dermeval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. Poiesis Pedagógica, [S. l.], v.8, n. 2, p. 4-17, ago/dez. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

WALTON, G. M. e Rockoff, H. **History of the American economy**. Cincinnati, Ohio: South-Western Thomson Learning, 2002.

